

NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE MULHERES NEGRAS DOUTORAS: ANALISANDO O RACISMO COTIDIANO NA SAÚDE COLETIVA¹

Rose Mari Ferreira²

Introdução

O presente artigo faz parte da minha pesquisa de doutorado, que se propõe analisar as trajetórias de mulheres negras doutoras, considerando suas posições no espaço acadêmico e científico da saúde coletiva no Brasil. Parte-se do pressuposto de que o campo da saúde coletiva, assim como outros campos acadêmicos e a produção científica no Sul Global (Connell, 2012), estão estruturados a partir do racismo e do sexismo que compõem as sociedades sulinas, como parte da colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2005).

Raewyn Connell, cientista social docente em universidade australiana, faz importante apontamento quando evidencia que “na Austrália ou no Brasil, nós não citamos Foucault, Bourdieu, Giddens, Beck, Habermas etc. porque eles conhecem algo mais profundo e poderoso sobre nossa sociedade” (Connell, 2012, p. 10). A autora segue em suas pontuações e afirma que esses autores do Norte Global “não sabem nada sobre nossas sociedades” e que o fato de nós acadêmicos fazermos citações desses autores se fundamenta porque nossas instituições de conhecimento, e aqui entra a Universidade, constituíram sua estrutura como receptoras do conhecimento que é vindo do Norte Global (Connell, 2012).

1 Este trabalho é oriundo da tese de doutorado defendida em janeiro de 2024 junto ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sob orientação da professora Laura Cecilia López. Foi financiado por bolsa Capes/Prosuc.

2 Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); Mestre e Especialista em Saúde Coletiva; professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS campus Alvorada. E-mail: rosemariferreira344@gmail.com.

Nesse sentido, aponta-se que o campo da saúde coletiva, assim como outros campos acadêmicos, tem sido constituído e normatizado pela branquitude, conceituando-a segundo Lia Vainer Schucman (2012, p. 7) “como uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca”.

Corroborando com os escritos de Schucman, a escritora estadunidense Robin Diangelo (2018), antropóloga, mulher branca que discute as relações raciais e tece importantes considerações sobre o lugar confortável em que pessoas brancas estão colocadas e do qual alguns não demonstram interesse em fazer deslocamentos, aponta que “a branquitude se baseia em uma premissa fundadora: a definição dos brancos como a norma ou o padrão do humano e das pessoas de cor como um desvio dessa norma” (Diangelo, 2018, p. 49).

A intelectual negra Zélia Amador de Deus nos diz que racismo “é um fenômeno que tem como um de seus suportes a crença na naturalização da superioridade de certos grupos e em consequência a naturalização da existência de grupos naturalmente hierarquizados” (Deus, 2020, p. 34). Em outra definição, o antropólogo congolês Kabengele Munanga dirá que o racismo

[...] definido como ideologia essencialista, postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais (Munanga, 2003, p. 17).

Nas sociedades estruturadas pelo racismo, os sujeitos identificados como brancos serão os detentores dos privilégios materiais e/ou simbólicos, adquiridos a partir da opressão daqueles sujeitos identificados pela cor da pele como não brancos.

Madel Luz (2009, p. 306) nos aponta que “adotando-se como guia analítico o conceito de campo torna-se menos difícil a compreensão da multiplicidade e da coexistência (por vezes conflituosa) dos saberes e práticas na saúde coletiva”. A autora analisa a saúde coletiva pela lente de Pierre Bourdieu (1989), sendo que “a disputa por “espaços discursivos” gera conflitos, pois a busca do poder simbólico está presente nos campos das ciências e das artes” (Luz, 2009, p. 306). Em relação à saúde coletiva, longe de ser um campo neutro, pode ser interpretada como campo simbólico.

Esta tese pretende racializar o olhar analítico sobre o campo da saúde coletiva, questionando principalmente qual a presença e posição de mulheres negras doutoras nesse campo. Em artigo anterior (Ferreira; Pereira; López, 2023), apresentamos dados de revisão narrativa de uma

amostra de artigos publicados entre 2018 e 2021, analisando se existem disparidades (sejam elas numéricas e/ou de posição dentro das instituições) entre docentes negras e docentes brancas que atuam em Programas de Pós-Graduação (PPG), em Instituições de Ensino Superior (IES) em Universidades públicas.

Ao realizarem as análises das pesquisas que apresentavam desenho quantitativo, as autoras evidenciaram percentuais reduzidos de docentes negras e negros nas Instituições de Ensino Superior. Entretanto, não foi possível concluir que o motivo do pequeno número de docentes negras e negros pudesse ter como justificativa o racismo. Mulheres negras que têm como objetivo tornarem-se docentes em Instituições de Ensino Superior têm o racismo como uma das opressões presentes em suas trajetórias é uma das inferências feitas pelas autoras (Ferreira; Pereira; López, 2023).

Em relação às análises das pesquisas que apresentavam desenho qualitativo, e que apresentavam narrativas de mulheres negras doutoras que exerciam a docência em Instituições de Ensino no Brasil, racismo e sexismo, duas categorias que não podem ser analisadas separadamente, apresentaram constância nas narrativas das mulheres negras (Ferreira; Pereira; López, 2023).

A partir desses excertos, questionamos: qual a relação entre racismo, sexismo e a (in)visibilidade de mulheres negras doutoras em Saúde Coletiva, nos diversos espaços em que elas teriam possibilidades de atuação como pesquisadoras e docentes? Trata-se de uma questão fundamental a ser investigada, pois a Saúde Coletiva como campo de práticas e de produção de conhecimentos, bem como movimento social (Nunes, 1994), não está imune aos efeitos de marcadores de desigualdades e opressões.

No Brasil, encontramos-nos num cenário de questionamentos/tensionamentos descoloniais e de proposição de mudanças institucionais nas universidades e na produção científica, tendo como exemplo central, o desenho e a implementação de políticas de ação afirmativa desde pelo menos a década de 1980, a partir do contexto da Constituição de 1988. De acordo com Kabengele Munanga (2001, p. 31) as ações afirmativas “visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação”. Podem ser conceituadas como tentativas de diminuir o abismo construído historicamente como barreira de acesso à educação, de populações minorizadas, como é o caso da população negra e da população indígena.

Para trazer o conceito de Maiorias Minorizadas, Richard Santos (2020) explica que a proposta era de apresentar o termo Maioria Minorizada como dispositivo analítico de racialidade, surgida em 2014 quando o autor elaborava sua dissertação. Nessa ocasião, “associou o termo às

populações negras do Brasil” (Santos, 2020, p. 21). O autor compreende como Maioria Minorizada o grupo social majoritariamente formado por pretos e pardos(negros) conforme categorização do IBGE. Considera que são maioria demográfica, entretanto, em relação ao acesso a direitos, são minorias. Igualmente considera que pessoas negras (pretas e pardas) são racializados como seres inferiores, vítimas de apagamento identitário e são as maiores vítimas de todas as formas de violência (Santos, 2020).

A política de saúde da população negra, que acompanhou o histórico do SUS, mas que foi aprovada como Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN (Brasil, 2009) foi fruto de debates intelectuais que trazem o racismo como estruturante da sociedade. Considera-se que a PNSIPN foi resultado de intensos debates e reivindicações de Movimentos Negros, sobretudo das Mulheres Negras. De acordo com o texto da PNSIPN

A desigualdade de raça é estruturante da desigualdade social brasileira. Inúmeras são as evidências que apontam as barreiras à participação igualitária dos negros em diversos campos da vida social e para as consequências que estas desigualdades e discriminações produzem não apenas para os negros, mas para a sociedade como um todo. O racismo e o racismo institucional são práticas que colocam pessoas de grupos raciais ou étnicos em situação de desvantagem no acesso aos benefícios gerados pela ação das instituições e organizações, como, por exemplo, na morosidade da implementação de políticas públicas (Brasil, 2017, p. 23).

Silvio Luiz de Almeida, intelectual negro, ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania no atual governo brasileiro, evidencia que o racismo é estrutural e estruturante das relações sociais, tendo como base três dimensões: a economia, a política e a subjetividade. E por consequência de ser estrutural, reproduz condições de desigualdades e coloca as mulheres negras brasileira na base da pirâmide social (Almeida, 2016).

Maria Inês da Silva Barbosa (1998) em sua tese de doutorado realizou estudo utilizando a categoria analítica raça para avaliar o impacto do racismo na saúde da população negra e concluiu que o racismo, enquanto categoria analítica, devia “ser inserido nas análises da dimensão social do processo saúde-doença” (Barbosa, 1998, p. 5). A tese da autora, com ampla argumentação sobre as condições de saúde da população negra, definiu-se como importante contribuição para que, no ano de 2009, fosse instituída a Política Nacional de Saúde Integral da população Negra (Brasil, 2009).

Com o objetivo de apontar desigualdades raciais e saúde, Fernanda Lopes (2005) evidenciou em suas pesquisas resultados já demonstrados

por cientistas que anteriormente haviam se debruçado sobre a temática do racismo. Sobre as desigualdades sócio raciais, Lopes alertava ao dizer que “é preocupante a extensão e persistência da exclusão da população negra do nível superior do ensino, dado que essa situação significa um virtual alijamento das ocupações de maior prestígio e remuneração” (Lopes, 2005, p. 1997). E a autora considera a necessidade de analisar diversas experiências vivenciadas por pessoas negras e por pessoas não negras pois essas experiências estarão relacionadas com as condições sociais, com educação formal e com possibilidades de acesso aos diversos serviços. Nesse sentido, Lopes chama atenção de pesquisadores para a análise da natureza perversa do racismo, ainda que suas pesquisas de desenho quantitativo “apresentem ausência de relevância estatística na distribuição e comportamento das variáveis raça/cor” (Lopes, 2005, p. 1997). A autora sinaliza que é responsabilidade dos pesquisadores a indicação de brechas que possam ser exploradas na realização de outros estudos que utilizem abordagens qualitativas (Lopes, 2005).

No campo das pesquisas que evidenciaram racismo, a pesquisadora Alaerte Leandro Martins (2006) considerou em relação à morte materna que, “independente da base de dados, do percentual de nascidos vivos e com cor ignorada e do período de estudos, pretas sempre apresentam a maior razão de mortalidade materna (Martins, 2006, p. 2477). A autora aponta que apesar dos avanços que o Brasil realizou com objetivo de reduzir a mortalidade materna, é necessário que muitas ações sejam realizadas para diminuir os obstáculos que mulheres brasileiras enfrentam para obter direito pleno à saúde, especialmente as mulheres negras (Martins, 2006).

Com as evidências apontadas nos diversos estudos dos autores citados, nesse sentido, questiona-se também o racismo institucional. Como pensar essa discussão no campo acadêmico e científico da saúde coletiva?

Nessa pesquisa optamos por entender o racismo a partir das narrativas de mulheres negras, seguindo a proposta de Grada Kilomba de olharmos para as experiências cotidianas com o racismo. Estas não se referem a uma única agressão ou a um único evento discreto praticado contra uma pessoa negra, mas se refere a uma enormidade de experiências em que pessoas negras estão repetidamente sendo expostas “a um padrão contínuo de abuso” (Kilomba, 2019, p. 80).

Assim, esta pesquisa de caráter qualitativo, dá foco às narrativas biográficas de mulheres negras doutoras. De acordo com António Nóvoa e Matthias Finger, “o método biográfico permite que cada pessoa identifique na sua própria história de vida aquilo que foi realmente formador” (Finger; Nóvoa, 2014, p. 22). Na mesma área, Franco Ferrarotti postula que as narrativas autobiográficas são consideradas fontes primárias quando

recolhidas de fonte direta, isto é, entre pesquisador e sujeito da pesquisa na interação entre esses; materiais biográficos secundários seriam todos aqueles que não foram utilizados pelo investigador e sujeito da pesquisa quando interagem, mas aqueles que assumem importância para os sujeitos da pesquisa, como fotografias, recortes recolhidos de jornais, correspondências (Ferrarotti, 2014).

Mulheres negras doutoras e a produção de conhecimento

Com o objetivo de contextualizar a questão da produção do conhecimento e como parte integrante do projeto de pesquisa que compõe essa tese, foi realizada uma revisão narrativa na qual se buscou entender o que havia sido publicado sobre mulheres negras doutoras que estivessem exercendo a docência em Instituições de Ensino Superior, tanto no âmbito privado quanto no âmbito público. Dos trabalhos que fizeram parte da pesquisa, aqueles de desenho quantitativo apontaram para baixo número de mulheres negras docentes em Instituições de Ensino. Os trabalhos cujo desenho era qualitativo, evidenciaram racismo e sexismo nas trajetórias de mulheres negras docentes (Ferreira; Pereira; López, 2023).

A intelectual afro estadunidense bell hooks em seu livro *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra* (2019, p. 134) evidenciava que “o pequeno número de mulheres negras em posições permanentes nas instituições acadêmicas não constitui uma presença significativa forte o suficiente para desafiar vieses racistas e machistas”. A autora ao mesmo tempo que faz um alerta, encoraja mulheres negras pós-graduandas que possam estar frustradas, por vivenciarem diversas opressões, que não desanimem, pois os problemas que são criados pelo racismo e machismo, embora sejam reais e machuquem, não se constituem como insuperáveis (hooks, 2019). As palavras da intelectual soam como alimento para nossa alma, ao mesmo tempo que nos incentiva a erguer a voz e continuar na resistência.

É histórico que a produção do conhecimento humano apresenta limitações (Souza, 2017). E que o conhecimento se apresenta sempre situado, já nos foi apresentado pela feminista norte-americana Donna Haraway (1995). Conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial, como nos diz Grada Kilomba (2019, p. 50). É Kilomba quem nos aponta que epistemologia é a ciência da aquisição de conhecimento (2019). A epistemologia determinará quais temas serão merecedores de colocação nas discussões, sob quais paradigmas serão analisados e quais serão os métodos utilizados na condução de pesquisas (Kilomba, 2019). Há, portanto, que se perguntar quem define os temas,

paradigmas e métodos? Pessoas negras têm experiências diferentes de uma mesma realidade quando relacionadas às experiências de pessoas brancas.

A epistemologia investiga as normas, os padrões utilizados para medir o conhecimento ou “o motivo pelo qual acreditamos que aquilo em que acreditamos é verdade” nas palavras da intelectual Patricia Hill Collins (2019, p. 402). A autora aponta que as escolhas epistemológicas não se constituem como questões acadêmicas inocentes e que existem processos dominantes de validação do conhecimento (Collins, 2019).

Djamila Ribeiro (2018) nos alerta sobre a pouca indicação de produção acadêmica de mulheres negras como referência nas Instituições de Ensino Superior. A autora relembra que Sueli Carneiro, intelectual negra, filósofa e renomada feminista, nos brinda com a tradução do termo *Epistemicídio*, conceito que originalmente foi proposto pelo sociólogo português Boaventura Souza Santos e que Carneiro traz em sua tese de doutorado

Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É o fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos do conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esse processo denominamos *epistemicídio* (Carneiro, 2005, p. 324).

Outros autores que caminham na convergência com os estudos de Sueli Carneiro trazem que a “produção do conhecimento nas universidades brasileiras, como em quase todas as universidades ocidentais, privilegia a epistemologia eurocêntrica” (Figueiredo; Grosfoguel, 2007, p. 38). Os autores realizaram estudo sobre intelectuais negros e negras e apontam nomes como Milton Santos, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e o sociólogo Guerreiro Ramos. Analisando a obra dos/das intelectuais negros/as e os motivos pelos quais suas obras não receberam reconhecimento, os autores trazem o conceito de “política do esquecimento” ao que denominam como “mecanismo pelo qual apagamos da memória das novas gerações a contribuição acadêmica de autores negros” (Figueiredo; Grosfoguel, 2007, p. 38). Concluem que a exclusão sistemática de pessoas negras intelectuais sejam como estudantes, sejam como docentes da academia, fato que o antropólogo José Jorge Carvalho (2006) já evidenciava em

seus estudos, permanece encoberta pelo discurso universalista, que nega o racismo nos espaços universitários.

Conversando com as ciências na produção do conhecimento, “a filosofia ocidental e suas ciências conseguiram produzir um mito universalista que encobre o lugar de quem fala e suas localizações epistêmicas nas estruturas de poder” como nos traz Angela Figueiredo (2019, p. 89).

Miranda Fricker, é conhecida por suas contribuições à teoria da epistemologia social e ética, em particular por sua teoria da injustiça epistêmica e seu trabalho sobre virtude epistêmica. Fricker (2023) em seu livro *Injustiça Epistêmica: o poder e a ética do conhecimento* traz conceitos de injustiça testemunhal e injustiça hermenêutica, considerando que esses dois tipos são aspectos éticos de duas práticas consideradas básicas no dia a dia e que dialogam muito com a produção do conhecimento: quando o objetivo é transmitir conhecimento (*telling*) e aqui nesse texto trago as narrativas e quando queremos fazer sentido das nossas experiências sociais – nessa pesquisa, a experiência das colaboradoras.

A injustiça testemunhal “ocorre quando o preconceito faz com que um ouvinte dê um nível de credibilidade deflacionado à palavra de um falante” (Fricker, 2023, p. 18). Podemos entender que a autora conceitua como injustiça testemunhal a desconfiança das palavras de um sujeito com base em algum tipo de preconceito por parte das pessoas que se caracterizam como ouvintes.

A injustiça hermenêutica ocorre em um estágio anterior, quando uma lacuna nos recursos interpretativos coletivos deixa alguém em desvantagem injusta quando se trata de fazer sentido de suas experiências sociais (Fricker, 2023, p.18).

Em relação à injustiça hermenêutica, outras autoras e autores já evidenciavam situações que poderiam ser classificadas de acordo com o conceito trazido por Miranda Fricker. A intelectual negra Audre Lorde, em seu ensaio *As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa grande* (2021) faz crítica contundente às feministas estadunidenses brancas por não incluírem as vozes das diferentes mulheres negras, das mulheres pobres, das indígenas, das mulheres lésbicas em seus discursos político-feministas. A autora questiona feministas brancas para que avaliem suas relações com as mulheres negras e pobres, atentando para o fato de que enquanto mulheres brancas estão em conferências proferindo seus discursos feministas, quem está cuidando de suas crianças e limpando suas casas são, em sua grande maioria, mulheres de cor e mulheres pobres (Lorde, 2021).

Metodologia

Esta pesquisa tem desenho qualitativo e se desenvolveu em nível exploratório. A pesquisa tem como universo mulheres negras com doutorado em saúde coletiva ou doutorado em saúde pública. As participantes dessa pesquisa foram selecionadas utilizando-se a técnica intitulada “bola de neve”. As colaboradoras dessa pesquisa não foram procuradas por acaso, mas sim, por fazerem parte de um grupo específico de mulheres.

As colaboradoras deste estudo concederam entrevistas biográficas narrativas. Duas entrevistas foram realizadas de modo presencial e uma entrevista de modo online, através da plataforma Google Meet, no período de agosto a outubro de 2023. Os encontros presenciais foram realizados em lugares escolhidos pelas entrevistadas, duas cafeterias-livrarias localizadas em um bairro na cidade de Porto Alegre/RS. A entrevista que foi realizada de forma online foi marcada no dia e hora em que a entrevistada escolheu. As entrevistas foram gravadas utilizando o gravador do celular da pesquisadora. O tempo de duração de uma entrevista foi de aproximadamente 150 minutos; a outra entrevista de 120 minutos e a entrevista on-line teve duração de 110 minutos. As entrevistas foram transcritas e salvas em arquivo no formato *Word*.

A entrevista narrativa é considerada “uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas” (Jovchelovitch; Bauer, 2007, p. 95) e objetiva que a pessoa possa narrar sua história de forma mais livre. A ideia era que as mulheres narrassem suas trajetórias de forma livre. Para diminuir o risco de perder informações importantes provenientes das narrativas, foi elaborado um roteiro com perguntas básicas, que tinham como propósito trazer elementos constituintes da formação acadêmica das participantes. Dessa forma, contemplavam os questionamentos sobre ter sido beneficiária de ações afirmativas na trajetória acadêmica e se durante o percurso acadêmico vivenciou situações de racismo e/ou machismo; se havia ocupado cargo de chefia, coordenação ou supervisão relacionados à docência ou em atividades de trabalho na saúde. Além dessas, incluíram-se perguntas que se relacionavam a presença de pessoas negras, tanto colegas durante a formação acadêmica como docentes no percurso da graduação até a pós-graduação.

Além das entrevistas biográficas, outros instrumentos utilizados na produção dos dados foram questionário com informações sociodemográficas das entrevistadas e o caderno de campo que a pesquisadora utilizou, anotando percepções na trajetória da pesquisa, marcando os registros da experiência de uma forma mais ampla, e após o encontro com cada uma

das mulheres, de forma específica, transcrevendo para o caderno as impressões geradas nos encontros.

A análise e interpretação dos dados foi realizada utilizando-se da hermenêutica. A “disciplina clássica que se ocupa da arte de compreender textos é a hermenêutica (Gadamer, 1997, p. 262). A palavra, cuja origem é grega tem o conceito de ser a arte ou técnica de interpretar e explicar um texto ou discurso. Para Alda Judith Alves (1991, p. 59) “[...] a abordagem qualitativa é essencialmente hermenêutica e procura captar os significados atribuídos aos eventos pelos participantes [...]”. Os dados foram interpretados utilizando-se da hermenêutica e estabeleceu-se a interpretação com os achados da literatura atual.

Em relação ao uso das narrativas na construção do conhecimento, Bruna Moraes Battistelli e colaboradoras (2021, p. 162) realizaram pesquisa em Psicologia Social e apostam nas narrativas enquanto “meio de produção de histórias de mulheres que, por sua vez, produzem conhecimento”. De maneira semelhante, apostamos nas narrativas de mulheres negras doutoras que produzem conhecimento na Saúde Coletiva.

As participantes desse estudo concederam entrevistas narrativas com relatos densos e descreveram eventos que marcaram suas trajetórias. As entrevistas utilizando narrativas biográficas promovem o entendimento sobre as experiências que essas mulheres vivenciaram. A partir desses relatos, foram construídas categorias empíricas. Optamos por nomear as categorias a partir da fala das colaboradoras. Dessa maneira, temos a categoria “Tu estás vendo a moça da higienização aqui?” O racismo institucional e o lugar em que colocam as mulheres negras e a categoria Mulheres negras vão da invisibilidade à resistência: quando precisamos re(existir) na academia.

Cada uma das mulheres escolheu um nome pelo qual gostaria de ser chamada. Nesse estudo, apresentamos as narrativas de Brisa, Carolina Maria de Jesus e Maria Firmina. O projeto de pesquisa cumpriu os princípios e procedimentos éticos da pesquisa, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unisinos.

A seguir, serão apresentadas as três mulheres colaboradoras de pesquisa com os nomes fictícios³ escolhidos pelas próprias entrevistadas. Foram omitidas algumas informações que pudessem oferecer relação com a identidade das mulheres. Duas mulheres colaboradoras atuam na região Sul do Brasil. A outra colaboradora atua em um Estado brasileiro da Região Nordeste.

3 Nomes fictícios foram adotados e algumas informações a respeito da formação acadêmica e trabalho atual das colaboradoras foram emitidos, a fim de que não pudessem ser identificadas.

Brisa é mulher autodeclarada preta, doutora em Saúde Coletiva, atualmente professora na graduação em uma Instituição Pública de Ensino Superior. Também é servidora pública em uma Prefeitura Municipal, na área metropolitana de Porto Alegre/RS, atuando na gestão e na assistência à saúde, no Sistema Único de Saúde (SUS). Na ocasião da entrevista estava com 49 anos e relata que é a primeira pessoa de sua família a ter um título de doutora. Algumas pessoas da família concluíram cursos de graduação, mas não realizaram mestrado ou doutorado.

Carolina Maria de Jesus é mulher autodeclarada preta, 43 anos, atualmente docente em uma Instituição Pública de Ensino Superior. Relata que é a única da área da saúde da sua família, embora tenha outros familiares com curso superior e pós-graduação. Foi bolsista durante a graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, situação que a favoreceu para realizar a formação na saúde sem necessitar de um emprego para poder arcar com as despesas da faculdade inicialmente, e dos cursos de pós-graduação na continuidade dos estudos.

Maria Firmina dos Reis é uma mulher autodeclarada parda, na faixa dos quarenta anos, atualmente está atuando como docente em um programa de pós-graduação em uma Instituição Pública de Ensino Superior. Sua formação acadêmica contou com duas graduações, uma delas na área da saúde. Realizou Mestrado e Doutorado na Saúde Coletiva. Relata que toda sua formação, desde o ensino fundamental até a pós-graduação foi totalmente realizada em Instituições Públicas de Ensino.

Resultados e discussão

“Tu estás vendo a moça da higienização aqui?” O racismo institucional e o lugar em que colocam as mulheres negras

Em um dos relatos, Brisa conta uma situação acontecida em uma determinada Instituição Privada de Ensino Superior, no momento em que está ministrando uma aula. A entrevistada conta que estava vestida com determinado tipo de roupa que era característico de uso dos professores da instituição, com o nome “Professor” impresso na vestimenta, uma espécie de uniforme de identificação dos professores. Estava em sala de aula, fazendo anotações no quadro, quando um estudante adentra a sala dizendo: “Ah... derrubaram um café ali na sala?” Nesse momento, Brisa lança um olhar para o estudante e outro olhar para a turma que está em sala e pergunta: “Vocês estão vendo a moça da higienização aqui?” A turma em silêncio permanece. Como se não fosse suficiente o estudante ter adentrado

a sala de maneira interruptiva e de forma a demonstrar pouca educação, ter observado que a docente estava escrevendo no quadro, ele ainda insiste: “É que derrubaram um café lá na sala!” Brisa encara o estudante e assertivamente diz: “Sim, e tu estás vendo a moça da higienização aqui?”. Decidida a relatar sobre o acontecido, Brisa explica à turma que deverá deixá-los por alguns instantes e dirige-se, juntamente com o estudante, até a direção da escola para registrar o acontecimento. Infelizmente, a direção da escola não considerou o fato como ato de racismo e nenhuma atitude foi tomada em relação à situação vivenciada pela docente.

Dessa maneira, podemos interpretar que o fato de Brisa ser mulher negra desempenhado a função docente não a impede de sofrer violência racial. A Instituição de Ensino Superior não adotou providências necessárias para responsabilizar o estudante que cometeu prática de racismo. É importante lembrar de que “as instituições atuam em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça”, como diz Silvio Almeida (2019, p. 37-38).

A intelectual negra Jurema Werneck, conceitua que o racismo institucional “garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados, atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeitos nesses grupos” (Werneck, 2016, p. 541-542). A autora ainda considera que racismo institucional poderia ter a equivalência com ações e políticas institucionais que teriam a capacidade de manter a vulnerabilidade de grupos sociais que são vitimados pelo racismo (Werneck, 2016).

O racismo institucional é a forma mais acabada de mecanismo de exclusão e de negação da igualdade (Theodoro, 2014, p. 205). De acordo com López (2012) o racismo institucional tem atuação que se espalha no desenvolvimento de ações nas práticas cotidianas das instituições e essas ações provocam resultados assimétricos na organização e distribuição dos serviços e oportunidades que são ofertados para as populações, utilizando o critério racial como marcador.

Maria Simone Euclides e Joselina da Silva (2016, p. 105) realizaram entrevistas com sete docentes negras que atuavam em Instituições de Ensino Superior no Ceará e apontam que “o racismo impera em diversas instâncias da sociedade, impedindo que negros e brancos tenham o mesmo acesso às possibilidades circunscritas no mundo moderno”. As autoras continuam em suas considerações declarando que “o racismo institucional, que assim como os demais, cria barreiras de acesso a determinados espaços sociais” (p. 106).

Situações como esta relatada por Brisa, em que pessoas negras são confundidas com outras pessoas negras que estão em exercício de profissões subalternizadas são frequentes e demonstram o racismo institucionalizado

nos diversos segmentos da sociedade. Djamilia Ribeiro (2018) conta que por diversas vezes, ao chegar em hotéis como convidada para palestrar em eventos, foi confundida com profissionais do sexo. E a autora pontua que não há problema algum no exercício da profissão em que muitas mulheres necessitam atuar, por tratar-se muitas vezes de questões relativas à sobrevivência. A questão é muito mais importante do que isso e refere-se aos únicos lugares possíveis em que são colocadas as mulheres negras. Os estereótipos que foram racialmente construídos colocam as mulheres negras ocupando determinados lugares de subalternidade, geralmente ocupando funções de pouco prestígio social.

Na narrativa de Brisa é possível identificar que o estudante ao invadir a sala de aula, enxerga a mulher negra que está escrevendo no quadro como alguém subalterno, e que está ali, naquele lugar, para desempenhar seu papel que é de subserviência. É importante aqui também deixar explícito que não há problemas em ser trabalhadora da higienização. Mais uma vez, o questionamento feito nessa situação refere-se aos lugares ou funções que são destinados às mulheres negras.

Carolina Maria de Jesus chamou a atenção para a perversidade do “racismo à brasileira” quando vivenciou situações durante sua formação profissional. Como pesquisadora e intelectual do tema das relações étnico raciais, por mais de uma vez teve suas produções acadêmicas desqualificadas e relata ter sido desencorajada a pesquisar sobre a temática. Detentora de enorme conhecimento sobre as relações étnico raciais, Carolina aponta o embate estabelecido quando a questão evidenciava o racismo. Nas palavras de Carolina “raça/cor é uma variável proxi para discutir o impacto que o racismo tem na saúde das pessoas. Não é para discutir mais nada!”. E a entrevistada conta que era questionada sobre a veracidade da afirmação sobre o impacto do racismo na saúde das pessoas.

Carolina relata que com certa frequência ouvia de pesquisadores/as brancos/as falas como as que seguem: “Ah, mas como é que tu vais dizer que é racismo? Pode ser que sejam pessoas pobres...”. E que nesses momentos, concluía que as pessoas não queriam aprender sobre a variável raça/cor e portanto, sobre racismo, e igualmente, não demonstravam respeito por suas pesquisas. Para Carolina, o embate produzido tinha relação com a forma com que eram tratadas as questões raciais, que nas palavras da entrevistada “... a questão racial é dada de uma forma da moralidade ou do achismo. A gente está na academia, vamos buscar ciência e a ciência já está há algum tempo explicando, mas as pessoas não querem entender e o não querer entender é racismo!”

É importante lembrarmos de que a Academia se constituiu em um espaço onde a violência ganha reprodução pela prática de discursos domi-

nantes que têm sua legitimação por pessoas que carregam a autoridade do conhecimento que a elas foi atribuído (Bruno, 2019).

Os episódios vivenciados por Carolina são apontados com similaridade por Grada Kilomba (2019) quando descreve situações vivenciadas por ela e por suas colaboradoras da pesquisa, todas mulheres negras. Kilomba relata que em vários momentos teve suas produções acadêmicas colocadas em dúvida e que ouviu dizerem que seu trabalho acerca do racismo cotidiano, “é muito interessante, porém não muito científico” (Kilomba, 2019, p. 51). De acordo com Luciana Rodrigues e Loiva de Oliveira (2021, p. 57) o pacto da branquitude se apresenta na universidade “no silenciamento de nossas falas e no questionamento quanto à validação de nossas produções”, pelo fato de nossas produções (aquelas realizadas por mulheres negras na academia) não estarem fundamentadas nas epistemologias dos cânones acadêmicos centrados nos modelos brancos de origem europeia.

Desafiando a produção de conhecimento na Academia, as autoras nos trazem que

neste universo que nos inserimos, de severas críticas e poucos elogios, sustentar-se para além das lógicas produtivistas do ambiente acadêmico, com escritas baseadas e provenientes das nossas vivências, é um ato de resistência e colonização (Battistelli *et al.*, 2022, p. 65).

Na academia brasileira, que longe de ser um espaço neutro, é um espaço de privilégio de fala para as pessoas brancas (Kilomba, 2019), fazer pesquisas em que o racismo está sendo evidenciado se traduz como ato de resistência e requer das pesquisadoras coragem e persistência para permanecer construindo conhecimento.

Angela Figueiredo exemplifica que em se tratando de produção de conhecimento, os pesquisadores negros que foram colocados à margem em processo histórico na academia, recebem tratamento com desconfiança acerca de suas produções acadêmicas. A proximidade com o tema estudado e a perspectiva política que está presente nos estudos, com frequência são usadas como argumentos de justificativa para que suas produções sejam desclassificadas (Figueiredo, 2019).

Maria Firmina quando narra de maneira elucidativa que, embora as Ações Afirmativas tenham alterado o panorama das universidades, com o ingresso de mais estudantes negras e negros, esse acontecimento isoladamente não blinda estudantes de sofrerem ações racistas. Em que pese a importância da Lei n.º 12.711/2012 (Brasil, 2012), também conhecida como Lei de Cotas, garantindo acesso de pessoas pretas, pardas, indígenas e pessoas com deficiência nos cursos de graduação, ainda é pouca a presença dessas populações minorizadas nos cursos de pós-graduação. E

especificamente quanto à pouca presença de estudantes negras no seu percurso formativo, Maria Firmina aponta que mesmo sendo um país em que mais de 55% da população é autodeclarada negra, essa realidade está muito longe de ser refletida nos cursos de pós-graduação.

A colaboradora relata que as práticas racistas se evidenciaram de maneira muito sutil, no percurso de formação acadêmica. Em algumas situações, como em um congresso em que estava participando como docente, teve seu tempo de fala diminuído e o tempo de fala de outras pessoas (brancas) permaneceu inalterado. Na graduação, ouviu de determinado docente palavras que desqualificavam seus trabalhos acadêmicos e recebeu como justificativa, que seu trabalho não apresentava um referencial teórico de acordo com os referenciais adotados na academia. É preciso atentar nesse caso, que os referenciais teóricos a que o docente reclamava como ausentes, eram os cânones acadêmicos euro centrados.

Corroborando com a narrativa de Maria Firmina, as autoras evidenciam que, embora as Políticas de Ações Afirmativas estejam sendo implementadas

o acesso à universidade não garante a permanência – que é marcada pela negação de representatividades e ausência de corpos negros no espaço acadêmico, principalmente nas áreas e nos cursos dito de maior prestígio- e muitas mulheres negras não se sentem pertencentes ao universo acadêmico (Ribeiro; Franco; Cunha, 2020, p. 1).

As mulheres negras, ainda que em número pouco expressivo, continuam lutando na academia. É com Políticas de Ações Afirmativas que o cenário terá tendências de apresentar resultados mais significativos. Ainda temos longo caminho a percorrer.

Mulheres negras vão da invisibilidade à resistência: quando precisamos re(existir) na academia

As Ações Afirmativas tentam diminuir o enorme abismo de desvantagens construído com bases no racismo estrutural que fundamenta as sociedades, como é o caso da sociedade brasileira. Considerando a atuação das ações afirmativas, essas removeriam barreiras sociais e ou institucionais que segregam os diferentes grupos que compõem a sociedade (Pereira; Ferreira; Santos, 2021).

Em relação à pós-graduação, considerada a mais alta escala de ensino superior, a Portaria do Ministério Educação e Cultura (MEC) n.º 13, de maio de 2016 (Brasil, 2016), determina que sejam adotadas políticas de ações afirmativas, com a inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas

e pessoas com deficiência nos programas de pós-graduação, como Políticas de Ações Afirmativas em Instituições Federais de Ensino Superior. É preciso atentar para o fato de que a citada Portaria não traz em seu texto nenhuma menção à necessidade de implementação em Instituições de Ensino Superior no âmbito privado.

Durante as entrevistas narrativas houve o questionamento sobre a presença de pessoas negras no percurso formativo das colaboradoras. Os relatos evidenciaram que tanto na condição de estudantes quanto de docentes, a pouca presença de pessoas negras durante a trajetória foi um ponto marcante nas narrativas das mulheres.

Nos momentos em que Brisa está narrando sua formação acadêmica na graduação, que foi realizada em Instituição Privada de Ensino Superior, relata que nos dois cursos de graduação nos quais obteve o título, a presença de estudantes negras foi muito pequena. Na primeira graduação na área da saúde, somente ela, uma outra estudante negra e uma única docente negra participaram do curso. Quando realizou sua segunda graduação, na área das ciências sociais, havia duas estudantes negras contando com ela. Não havia docentes negras.

Brisa relata que quando já concursada em uma prefeitura situada na área metropolitana de Porto Alegre/RS, exercia atividades em dois departamentos. Em um deles, relacionado à gestão, era a única servidora negra. No outro departamento, que tinha relação maior com a assistência direta aos usuários do Sistema Único de Saúde, além dela, somente uma outra servidora negra. No mestrado e doutorado, não teve colegas e tampouco docentes negras. E atualmente, exercendo a docência em uma Instituição Pública de Ensino Superior, é a única docente negra.

bell hooks narra que embora tenha estudado em quatro Universidades nos Estados Unidos, em nenhuma delas, teve como professora de inglês uma mulher negra. Afirma que as professoras negras nunca fizeram parte do corpo docente e que havia encontrado estudantes ao longo do exercício de docência, que nunca haviam tido aulas ministradas por mulheres negras (hooks, 2019).

Sobre a importância da presença de negras e negros na Academia, seja como estudantes, seja como docentes, a intelectual negra Bárbara Carine nos diz que

A cota é um importante mecanismo de equidade social. É sobre encurtar o caminho de quem precisa percorrer duas, três vezes mais o percurso de quem tem todas as condições de subsistência garantidas e precisa apenas se preocupar em estudar, tendo o estudo como atividade principal de sua vida. É sobre reparação histórica (Pinheiro, 2023, p. 140).

A autora relata que no período em que estava cursando a graduação, ouvia de certos professores que “se já tinha cota na graduação, não precisava nas outras instâncias, a exemplo da pós-graduação e do concurso do magistério superior” (Pinheiro, 2023, p. 140). Podemos inferir que a pouca presença de pessoas negras na graduação, cenário que está em processos de mudanças, resultado da Lei n.º 12.711/2012 (Brasil, 2012) e a quase inexistência de docentes negros nos programas de pós-graduação estão intrinsicamente relacionadas ao racismo institucional.

Carolina Maria de Jesus tem sua trajetória acadêmica não muito diferente de Brisa, quando o assunto é relacionado a ter colegas ou docentes negras/os durante a formação e pós-graduação. Relata que na graduação havia uma docente negra. Quanto ao número de estudantes negras/negros, somente ela e uma colega negra, no Mestrado. Durante o Doutorado, havia estudantes negras/os vindos de países africanos que estavam realizando intercâmbio, entretanto, não havia colegas negras/os brasileiras/as. Não havia docentes negras/os no doutorado. Hoje, docente em uma Instituição Pública de Ensino Superior, Carolina encontra-se como única mulher negra atuando na docência.

A experiência de Carolina Maria de Jesus encontra semelhança com a de outra docente negra, Maria Aparecida Moura, professora na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Primeira professora negra titular da UFMG, Maria Aparecida assegura que as dificuldades para ingressar e se manter na academia fizeram parte de sua trajetória. As disparidades raciais tornavam-se evidentes na academia e em relação a ter outras docentes negras, a autora relata “Eu era uma raridade, no doutorado era a única negra e por muitos anos fui a única docente negra da minha faculdade” (Moura, 2020).

Maria Firmina assim como as duas outras entrevistadas, também relata a pouca presença de estudantes negras/os durante o percurso formativo. Aponta para determinado fato, que pode ser considerado exceção, ter tido a experiência singular de ter sido orientada por uma mulher negra, durante o percurso da pós-graduação. De acordo com a pesquisa realizada por Tainab Mota do Nascimento (2022, p. 3), “existem 219 doutoras pretas professoras em cursos de pós-graduação do Brasil de acordo com o Censo de Educação Superior de 2016”. A autora pontua que os dados que são apresentados pelo Censo de Educação Superior englobam instituições públicas e privadas. Dessa forma, é possível inferir que ter uma docente negra como orientadora em um programa de pós-graduação, como foi o caso da entrevistada Maria Firmina constitui-se em uma exceção à regra.

As mulheres entrevistadas, Brisa, Carolina Maria de Jesus e Maria Firmina narraram em diferentes momentos de suas trajetórias, que foram

muitas as violências ocorridas e que para conseguirem manter e cuidar da saúde mental, desenvolveram estratégias de apoio. Algumas delas foram procurar ajuda psicoterapêutica; outras, o apoio da rede de amigos e todas relataram a ancestralidade como forma absoluta de ajuda, tanto para o equilíbrio da mente, quanto para fortalecimento e recuperação das feridas causadas pelo racismo.

Carolina Maria narra que a decisão de iniciar o doutorado fez com que ela adotasse medidas estratégicas. Por ter realizado graduação e mestrado em que as questões raciais ficavam totalmente invisibilizadas, precisou adotar táticas de fortalecimento. Já tendo experienciado as situações em que suas produções acadêmicas haviam sido desconsideradas, com a justificativa de que o referencial adotado não satisfazia as condições da academia, preparou-se com um projeto de pesquisa, associada com uma professora orientadora que a acolheu e as duas juntas, conseguiram financiamento para execução da pesquisa. Nas palavras da colaboradora “[...] Eu já cheguei de outra forma, né? Eu já cheguei com o tema definido, com o projeto definido e com financiamento definido!”

“A diversidade é algo que enriquece todas as pessoas e trazer diversidade étnico-racial para as universidades é enriquecer o processo democrático brasileiro, enriquecer a troca de saberes”, é o que nos traz a promotora de justiça, intelectual negra, Livia Vaz (2022). É urgente que tenhamos essa troca de saberes na academia.

Considerações finais

As entrevistadas apontaram situações de racismo que vivenciaram durante suas trajetórias formativas, da graduação à pós-graduação e no exercício da docência. Igualmente trouxeram em suas narrativas as estratégias que desenvolveram para poderem sobreviver nesses espaços carregados de opressões.

Foi possível evidenciar com essa pesquisa, que embora tenham sido vítimas das situações de violência racial e do sexismo que habitam a academia, as mulheres negras doutoras não se deixaram tombar, resistindo às diversas opressões. Produziram e continuam produzindo conhecimento e mantiveram-se como docentes em Instituições de Ensino Superior. As instituições precisam reformular suas regras, precisam rever suas condutas.

A população negra está sub representada em todas as instâncias de poder é fato já evidenciado por diversos autores, além de estatisticamente comprovado por órgãos de pesquisas governamentais. O reconhecimento do racismo estrutural e a persistência desse, bem como do racismo insti-

tucional se constituem como importantes estratégias para compreender as dimensões de vulnerabilidades a que estão expostas as pessoas negras.

É com a implementação das Ações Afirmativas que visem garantir ingresso e permanência de pessoas negras nas Universidades, da graduação aos programas de pós-graduação, como também garantir a reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos para magistério superior, que poderemos ter no horizonte a construção de uma academia realmente diversa. Em um país cuja população é majoritariamente negra como é o Brasil, precisamos aumentar o número de doutoras e doutores negras e negros, diversificando a Academia. A distribuição equalitária do conhecimento e a mudança na maneira como o conhecimento é produzido e compartilhado, pode se constituir como uma das estratégias no combate ao racismo estrutural e às injustiças epistêmicas.

O estudo não esgota o assunto e sugere-se que outras pesquisas de abordagem qualitativa sejam realizadas evidenciando as trajetórias de mulheres negras no campo da saúde coletiva e que a partir dos resultados dessas investigações, seja possível promover estratégias para romper com práticas racistas.

Referências

- ALVES, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cadernos de Pesquisa*, v. 77, p. 53-61, 31 maio 1991. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1042>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* 13 set. 2016. 1 vídeo (10min28). Depoimento colhido por Artur Renzo para a TV Boitempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU>. Acesso em: 1 out. 2023.
- BARBOSA, Maria Inês da Silva. *Racismo e saúde*. 1988. 138 f. Tese (Doutorado em Saúde pública) – Departamento de Saúde Materno Infantil. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-08042020-101524/publico/DR_351_Barbo_sa_1998.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

- BATTISTELLI, Bruna Moraes *et al.* O Ato de Narrar e a Produção de Conhecimento em Psicologia Social. *Rev. Polis e Psique*, v. 11, n. 1, p. 162-182, 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v11n1/v11n1a11.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- BATTISTELLI, Bruna Moraes *et al.* Cartas para bell hooks: políticas do encontro para erguer a voz na Universidade. *Alegrear*, n. 29, p. 52-73, jan./jul. 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Xi_Pbp35hT9ZRanuX2ksIH3-rcH_ss4/view. Acesso em: 20 jan. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n.º 992, de 13 de maio de 2009*. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html. Acesso em: 22 nov. 2023.
- BRASIL. *Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 28 abr. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria normativa n.º 13, de 11 de maio de 2016*. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação e dá outras providências. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473. Acesso em: 6 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS*. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.
- BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Porto: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BRUNO, Jéssica Santana. Racismo epistêmico, tensionamentos e desafios à universidade. *Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens*, v. 4, n. 2, p. 40-70, 2019. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistanos/article/view/8435>. Acesso em: 1 out. 2023.

- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 1 jul. 2023.
- CARVALHO, José Jorge de. *Inclusão étnica e racial: a questão das cotas no ensino superior*. 2. ed. Brasília: Attar, 2006.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 27, n. 80, p. 9-20, out. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZZZqDf3h5FwNbfCMQ66jPqF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- DEUS, Zélia Amador de. *Caminhos trilhados na luta antirracista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- DIANGELO, Robin. *Não basta não ser racista: sejamos antirracistas*. São Paulo: Faro Editorial, 2018.
- EUCLIDES, Maria Simone; SILVA, Joselina da. Professoras negras em universidades públicas do Ceará: das práticas de enfrentamento aos afrontamentos raciais. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 16, n. 1, p. 104-116, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/2112/Professoras%20Negras%20em%20Universidades%20P%C3%ABlicas%20do%20Cear%C3%A1%3A%20Das%20Pr%C3%A1ti>. Acesso em: 1 out. 2023.
- FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: FINGER, Mathias; NÓVOA, António (org.). *O método (auto)biográfico e a formação*. 2 ed. Natal, RN: EDUFRN, 2014. p. 29-55. Disponível em: <https://doceru.com/doc/ns8vncc>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- FERREIRA, Rose Mari; PEREIRA, Antônio Cícero de Andrade; LÓPEZ, Laura Cecília. Mulheres negras doutoras: uma revisão narrativa acerca desse (não) lugar na docência em programas de pós-graduação no Brasil. In: PEREIRA, Antônio Cícero de Andrade et al. *Refletindo Processos de Epistemicídio na Educação: Reconhecendo Saberes e Engenhosidades*. Foz do Iguaçu, PR: CLAEC e-Books, 2023. Disponível em: <https://publicar.claec.org/index.php/editora/catalog/view/112/111/964>. Acesso em: 12 jan. 2024.

- FIGUEIREDO, Angela. Descolonização do conhecimento no século XXI. In: SANTIAGO, Ana Rita *et al.* (org.). *Descolonização do conhecimento no contexto afro-brasileiro*. 2. ed. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2019. p. 79-105. Disponível em: <https://www1.ufrb.edu.br/editora/component/phocadownload/category/2-e-books?download=140:descolonizacao-do-conhecimento-no-contexto-afro>. Acesso em: 21 jan. 2023.
- FIGUEIREDO, Angela; GROSGOUEL, Ramon. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. *Ciência e Cultura*, Campinas, v. 59, n. 2, p. 36-41, 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n2/a16v59n2.pdf>. Acesso em: 16 nov 2023.
- FINGER, Mathias; NÓVOA, António. Introdução. In: FINGER, Mathias; NÓVOA, António (org.). *O método (auto)biográfico e a formação*. 2 ed. Natal, RN: EDUFRN, 2014. p.19-27. Disponível em: <https://doceru.com/doc/ns8vncc>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- FRICKER, Miranda. *Injustiça Epistêmica: o poder e a ética do conhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1524482904_ARQUIVO_DonnaHarawaysaberessituados.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.
- hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.
- JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W; GASKEL, George (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 90-111.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LOPES, Fernanda. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1595-1601, set./out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/L6KFGDJTszrYSPTdJRyJkXk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2023.

- LÓPEZ, Laura Cecilia. The concept of institutional racism: applications within the healthcare field. *Interface – Comunic., Saude, Educ.*, v. 16, n. 40, p. 121-134, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/hxpmJ5PB3XsWkHZNwrHv4Dv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2023.
- LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- LUZ, Madel Terezinha. Complexidade do Campo da Saúde coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade de saberes e práticas – análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 304-311, 2009. Disponível em: <https://www.SCIELO.br/j/sausoc/a/MkLhKMvH4KqDSJNgSG48VqG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2023.
- MARTINS, Alaerte Leandro. Mortalidade materna de mulheres negras no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 2473-2479, nov. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/sW5LM59346pcKJ9XqZXLL6R/>. Acesso em: 1 nov. 2023.
- MOURA, Maria Aparecida. Maria Aparecida Moura, a pesquisadora que articula comunicação e sistemas de organização para recuperação de memórias sociais e produção de conhecimentos. [Entrevista cedida a] Vitória Régia da Silva. *Open box da ciência*, 2020. Disponível em: <https://www.openciencia.com.br/portfolio/maria-aparecida-moura/>. Acesso em: 1 jul. 2023.
- MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. *Sociedade e Cultura*, v. 4, n. 2, p. 31-43, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/download/515/464/2392>. Acesso em: 21 nov 2023.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Inclusão Social: um debate necessário?*, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- NASCIMENTO, Tainah Mota do. Enfrentamentos ao desejo de ocultamento da branquitude: os dilemas por busca de dados sobre professoras negras na pós-graduação. *In: CONGRESSO BRASILEIROS DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS*, 12., 2022, Recife. *Anais [...]*. Recife/PE: UFPE; UFRPE; UPE; UNICAP; IFSERTÃO, 2022. Disponível em: <https://www.copene2022.abpn.org.br/anais/trabalhos/anais01?simposio=216>. Acesso em: 1 set. 2023.

- NUNES, Everardo Duarte. Saúde coletiva: história de uma idéia e de um conceito. *Saúde e Sociedade*, v. 3, n. 2, p. 5-21, 1994. Disponível em: <https://www.SCIELO.br/j/sausoc/a/bTHWsnDCM3h9Fpj73YGS Lgn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 abr. 2023.
- PEREIRA, Antônio Cícero de Andrade; FERREIRA, Rose Mari; SANTOS, Vivian da Silva. Políticas Afirmativas e o acesso de pessoas autodeclaradas negras por cotas sociais na UESPI e UERGS. In: ASENSI, Felipe (org.). *Produção de conhecimento na Pandemia*. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2021. p. 74-98.
- PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.
- RIBEIRO, Ana Cristina Leal; FRANCO, Nanci Helena Rebouças; CUNHA, Maria Couto. Trajetória de mulheres negras cotistas da UFBA: múltiplas jornadas, permanência e saberes. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE – REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL NORDESTE DA ANPED, 25., 2020, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2020. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/8373-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.
- RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Shwarcz, 2018.
- RODRIGUES, Luciana; OLIVEIRA, Loiva de. Por uma academia feminista e antirracista: cartas de duas docentes negras. In: ROCHA, Neli Gomes da (org.). *Caminhos da escrita em tempos de interseccionalidades*. p. 55-72. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1AqeP161czwGdZFxBP-idlGDlZX-DSBCU/view>. Acesso em: 1 ago. 2023.
- SANTOS, Richard. *Maioria minorizada: um dispositivo da racialidade*. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf. Acesso em: 25 ago. 2022.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- THEODORO, Mário. Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 8, n. 1, p. 205-219, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/18484>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- VAZ, Livia Sant’Anna. Cinco perguntas com Livia Sant’Anna Vaz. [Entrevista cedida a] Chico Mieli. *Jandaíra*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.editorajandaira.com.br/cinco-perguntas-com-livia-sant-anna-vaz>. Acesso em: 5 nov. 2022.
- WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 jan. 2023.